

## **Atenção primária à gestantes e puérperas no sistema penitenciário: uma revisão integrativa da literatura**

**Primary care for pregnant and postpartum women in the prison system: an integrative literature review**

**Atención primaria a mujeres embarazadas y puérperas en el sistema penitenciario: una revisión integrativa de la literatura**

Recebido: 13/07/2022 | Revisado: 29/07/2022 | Aceito: 05/08/2022 | Publicado: 15/08/2022

### **Emilia Santiago Pinto**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9412-1089>  
Faculdade Irecê, Brasil  
E-mail: [emiliaenf24@gmail.com](mailto:emiliaenf24@gmail.com)

### **Taise Santos Rocha**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7895-8409>  
Faculdade Irecê, Brasil  
E-mail: [taise.santos@faifaculdade.com.br](mailto:taise.santos@faifaculdade.com.br)

### **Paula Roberta Oliveira Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3716-1222>  
Faculdade Irecê, Brasil  
E-mail: [paularoberta322@gmail.com](mailto:paularoberta322@gmail.com)

### **Lorrane Lopes dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9181-6114>  
Faculdade Irecê, Brasil  
E-mail: [lopeslorrane2@gmail.com](mailto:lopeslorrane2@gmail.com)

### **Larissa Reis Almeida**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5498-8857>  
Faculdade Irecê, Brasil  
E-mail: [larissa.reis@faifaculdade.com.br](mailto:larissa.reis@faifaculdade.com.br)

### **Cláudio José Dourado de Almeida**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5757-1010>  
Faculdade Irecê, Brasil  
E-mail: [claudio.jose@faifaculdade.com.br](mailto:claudio.jose@faifaculdade.com.br)

### **Jonara Matos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8273-155X>  
Faculdade Irecê, Brasil  
E-mail: [jonara.matos@faifaculdade.com.br](mailto:jonara.matos@faifaculdade.com.br)

### **Lucas Gomes Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4642-5085>  
Faculdade Irecê, Brasil  
E-mail: [lucas.gomes@faifaculdade.com.br](mailto:lucas.gomes@faifaculdade.com.br)

### **Edilson da Silva Pereira Filho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3052-1988>  
Faculdade Irecê, Brasil  
E-mail: [edilson.coordenacao@faifaculdade.com.br](mailto:edilson.coordenacao@faifaculdade.com.br)

### **Francielle Novaes Dourado**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2931-8528>  
Faculdade Irecê, Brasil  
E-mail: [cicadourado@hotmail.com](mailto:cicadourado@hotmail.com)

## **Resumo**

Esse estudo tem por objetivo descrever o cenário atual da atenção primária à gestantes e puérperas no sistema penitenciário. O referente projeto de pesquisa tratou-se de um estudo no qual foi realizado uma revisão integrativa da literatura, fez uso da abordagem qualitativa, de natureza descritiva, a busca e localização de dados foi realizada nas bases de dados: Scientific Electronic Librany Online e Biblioteca virtual em Saúde, os critérios de inclusão de seleção dos artigos serão: Artigos completos de 2016 a 2022 disponíveis na língua portuguesa e língua estrangeira, na coleta de dados foi utilizado o instrumento validado de Ursi, Os métodos e análise de dados foram feitos através do método de Bardin (2011). Durante a pesquisa dos artigos de 2016 a 2022 notou-se um déficit de artigos atuais sobre o tema em questão, visto a importância do mesmo na qualificação dos profissionais e informação a população. Artigos de 2016 demonstram como as gestantes e puérperas vivenciam a gestação no cárcere, já os artigos mais atuais de 2018 a 2022

abordam estratégias de melhorias para o processo gestação e puerpério no cárcere ser menos doloroso entre as detentas. Estudo proporcionou conhecer e compreender, como a gestante e puérpera e atendida como uma gestante e atendida e cuidada, segundo as diretrizes do SUS e as leis de legislação.

**Palavras-chave:** Prisões; Penitenciárias; Maternidade; Cárcere.

### **Abstract**

This study aims to describe the current scenario of primary care for pregnant and postpartum women in the prison system. The referring research project was a study in which an integrative literature review was carried out, made use of a qualitative approach, of a descriptive nature, the search and location of data was carried out in the databases: Scientific Electronic Library Online and Biblioteca in Health, the inclusion criteria for the selection of articles will be: Complete articles from 2016 to 2022 available in Portuguese and foreign languages, the validated Ursi instrument was used for data collection, Methods and data analysis were performed through the Bardin's method (2011). During the research of articles from 2016 to 2022, a deficit of current articles on the subject in question was noticed, given its importance in the qualification of professionals and information to the population. Articles from 2016 show how pregnant and postpartum women experience pregnancy in prison, while the most current articles from 2018 to 2022 address strategies for improving the pregnancy and postpartum process in prison to be less painful among inmates. The study made it possible to know and understand how pregnant and postpartum women are treated as pregnant women and are treated and cared for, according to SUS guidelines and legislation laws.

**Keywords:** Prisons; Penitentiaries; Maternity; Prison.

### **Resumen**

Este estudio tiene como objetivo describir el escenario actual de la atención primaria a las mujeres embarazadas y puérperas en el sistema penitenciario. El proyecto de investigación referente fue un estudio en el que se realizó una revisión integrativa de la literatura, se hizo uso de un enfoque cualitativo, de carácter descriptivo, la búsqueda y localización de datos se realizó en las bases de datos: Scientific Electronic Library Online y Biblioteca en Salud. , los criterios de inclusión para la selección de artículos serán: Artículos completos de 2016 a 2022 disponibles en portugués y en idiomas extranjeros, se utilizó el instrumento Ursi validado para la recolección de datos, Métodos y análisis de datos se realizaron a través del método de Bardin (2011). Durante la búsqueda de artículos de 2016 a 2022, se observó un déficit de artículos de actualidad sobre el tema en cuestión, dada su importancia en la calificación de profesionales e información a la población. Los artículos de 2016 muestran cómo las mujeres embarazadas y puérperas viven el embarazo en prisión, mientras que los artículos más actuales de 2018 a 2022 abordan estrategias para mejorar el proceso de embarazo y puerperio en prisión para que sea menos doloroso entre las internas. El estudio permitió conocer y comprender cómo las mujeres embarazadas y puérperas son tratadas como embarazadas y son tratadas y cuidadas, de acuerdo con las directrices del SUS y las leyes de la legislación.

**Palabras clave:** Prisiones; Penitenciarías; Maternidad; Prisión.

## **1. Introdução**

A população carcerária vem crescendo nitidamente nos últimos anos em todo o mundo, o que leva o Brasil à ter um dos maiores números de pessoas encarceradas. Dados das Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro (INFOPEN), computam que em 2020 existem 773 mil pessoas presas no Brasil, o que faz do país o terceiro com a maior população carcerária do mundo.

Segundo os últimos dados do Infopen de junho de 2017, o Brasil conta com uma população de 579.7811 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. No período de 2000 a 2017 o aumento da população feminina foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%, refletindo, assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres.

Nesse contexto, o encarceramento feminino tem sido proporcionalmente superior ao masculino nos últimos anos, sendo em sua maioria jovens, em período de fertilidade. O que deixa claro a necessidade de atenção e auxílio em saúde. A população carcerária tem direito a saúde constitucionalmente assegurado pela Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210 de 1 de julho de 1984, logo o Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde de Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

De acordo com a PNAISP, instituída em 2014, a população prisional deverá ser inserida formalmente na cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre os objetivos da PNAISP, está assegurar que cada unidade prisional seja um ponto integrante da Rede de Atenção à Saúde do SUS (Ministério da Justiça, 2018). A mesma prever ações de melhoria à saúde no

sistema penitenciário, em seus diversos setores, não fazendo somente versão a mulheres encarceradas em período gravídico- puerperal.

Durante o ciclo gravídico-puerperal, a mulher necessita de acompanhamento multiprofissional, diante disso, conforme a proposta da Rede Cegonha, definida pela Portaria 1.459 em 24 de junho de 2011, torna-se relevante o investimento em estratégias que reduzam a mortalidade materna e infantil envolvendo cuidados com o pré-natal, parto e nascimento, puerpério e atenção integral à saúde da criança até os 24 meses.

Assim, a partir do reconhecimento da importância da qualificação da assistência à saúde deste público, onde, a Atenção Básica Prisional precisa estar perfeitamente em funcionamento prático e o enfermeiro é profissional primordial na oferta desse cuidado, apresentado como problemática norteadora: Qual o cenário de atenção primária á gestantes e puérperas no sistema penitenciário? De acordo com essa questão, esse estudo tem por objetivo descrever o cenário atual da atenção primária á gestantes e puérperas no sistema penitenciário.

## 2. Metodologia

O referente projeto de pesquisa tratou-se de um estudo no qual foi realizado uma revisão integrativa da literatura. De acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa da literatura consiste na construção de uma análise ampla da literatura, contribuindo para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre a realização de futuros estudos. O propósito inicial deste método de pesquisa é obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores.

Fez uso da abordagem qualitativa, de natureza descritiva. Segundo Minayo (2017) a pesquisa qualitativa permeia-se em um nível de realidade que não pode ser quantificado, portanto trabalha no espaço da compreensão das relações humanas, dos processos e fenômenos, considerando todos aspectos relevantes. Ademais, as pesquisas descritivas buscam descrever as características de determinada população, fenômenos ou relações e são frequentemente realizadas por pesquisadores que se preocupam a atuação prática (Gil, 2002).

A busca e localização de dados foi realizada nas bases de dados: Scientific Electronic Librany Online (SciELO) e Biblioteca virtual em Saúde (BVS). Para levantamento dos artigos foram selecionados na terminologia em saúde consultada na plataforma Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo eles: Maternidade e Cárcere, Saúde da Mulher, puerpério, prisões. A partir destes, serão realizados um cruzamento entre os descritores em todas as possíveis combinações utilizando-se os operadores booleanos “AND” e “OR”, objetivando adquirir publicações pertinentes ao tema da pesquisa.

Os critérios de inclusão de seleção dos artigos foram Artigos completos de 2016 a 2022 disponíveis na língua portuguesa e língua estrangeira, onde possam atingir os objetivos da pesquisa, trazendo entendimento e maior possibilidades de aprendizado na Atenção Primária à Gestantes e Puérperas no Sistema Penitenciário. Nessa perspectiva, serão utilizados como critérios de exclusão artigos de revisão, artigos que não se relacione com o problema de pesquisa.

Na coleta de dados foi utilizado o instrumento validado de Ursi (2005). Modificado de acordo com as necessidades da pesquisadora, para melhor coleta de informações e explanação de ideias.

Os métodos e análise de dados foram feitos através do método de Bardin (2011), onde relata-se que é organizada em torno de três polos sendo eles: a pré-análise, com a organização do material através da seleção dos estudos a serem avaliados a realização de leitura flutuante, no segundo polo a exploração do material, codificação dos dados, que compreende a exploração do material encontrado e a organização dos fichamentos e no terceiro polo o tratamento dos resultados: Relativa ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, ocorreu uma análise reflexiva e crítica dos material selecionado, de modo que, as informações a serem utilizadas serão destacadas e interpretadas, para serem posteriormente apresentadas no posterior estudo.

### 3. Resultados e Discussão

O quadro a seguir, mostra a relação dos artigos selecionados para a realização do presente estudo, verifica-se o autor, ano de publicação, título e periódico. Quanto ao ano das publicações observou-se pesquisas atuais, mas não um número considerável dados as necessidades de conhecimento sobre o assunto.

**Quadro 1 – Artigos selecionados.**

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Periódico</b>
<b>Silva, J. B. et al.</b>	2020	Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica	Rev. Min. Enfermagem
<b>Araújo, M. M., et al.</b>	2020	Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas	Escola Anna Nery
<b>Pereira, É. L.</b>	2016	Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal	Ciência & Saúde Coletiva
<b>Alves, L. C., &amp; Wendramin, C.</b>	2019	Assistência gestacional no sistema carcerário brasileiro: a necessidade de revisão desses estabelecimentos para o atendimento às mulheres encarceradas.	Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste
<b>Leal, M. C., et al.</b>	2016	Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil	Ciência & Saúde Coletiva
<b>Félix, R. S.</b>	2017	O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário	Revista Enfermagem UFPE
<b>Souza, G. C., et al.</b>	2018	Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa	Arq. Ciências Saúde UNIPAR Umuarama
<b>Ministério da Justiça</b>	2018	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen Mulheres	Depen.gov.br
<b>Sales, A. C., et al.</b>	2021	Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa	Revista Baiana Enfermagem
<b>Lourenço, L. C., &amp; Alvarez, M. C.</b>	2018	Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017)	Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais
<b>Santana, J. C. B., &amp; Reis, F. C. A.</b>	2019	Percepção da Equipe de Enfermagem Acerca da Assistência à Saúde no Sistema Prisional	Rev Fund Care Online
<b>Lopes, T. C., &amp; Pinheiro, R.</b>	2016	Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais	Revista de Saúde Coletiva
<b>Oliveira, A. S.</b>	2018	O papel do enfermeiro na assistência ao pré-natal de baixo risco	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde

Fonte: Autores (2022).

Durante a pesquisa dos artigos de 2016 a 2022 notou-se um déficit de artigos atuais sobre o tema em questão, visto a importância do mesmo na qualificação dos profissionais e informação a população. Artigos de 2016 demonstram como as

gestantes e puérperas vivenciam a gestação no cárcere, já os artigos mais atuais de 2018 a 2022 abordam estratégias de melhorias para o processo gestação e puerpério no cárcere ser menos doloroso entre as detentas.

### **3.1 Perfil da população feminina encarcerada**

Os dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional e Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Depen & Infopen, 2017) constata que o Brasil é o quarto país com a maior população prisional do mundo, com 707 mil detentos, e a sua população atual é 311% vezes maior do que a da década de 2000. O déficit carcerário está em torno de 368 mil; uma média de 80% desse corresponde às unidades masculinas e 20% às femininas. Sabe-se que existe no país uma população de quase 42 mil mulheres presas em relação ao total, o que representa 40,6 para cada grupo de 100 mil mulheres no país. Na análise por períodos, identificou-se que, entre os anos de 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento feminino cresceu 656%, enquanto a masculina cresceu 293% (Ministério da Justiça, 2018).

O aprisionamento feminino começou a atrair atenção acadêmica no Brasil apenas nas duas últimas décadas, quando as taxas de encarceramento das mulheres passaram a crescer exponencialmente (Lourenço & Alvarez, 2018).

Apesar de o encarceramento de mulheres estar em uma curva ascendente, o crescimento dos presídios femininos não acompanha esse ritmo, culminando de instituições que não possuem estrutura adequada para abrigar as especificidades do sexo feminino, uma vez que em grande parcela grande parte das instituições foi planejada para atender a população prisional masculina, passando apenas por um processo de adaptação para abrigar mulheres (Silva et al., 2020).

De acordo com o Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN), sobre o perfil da população prisional feminina brasileira compreendem diferentes aspectos, que permitem uma visualização sobre suas origens, históricos de vida e situações de vulnerabilidade social. Em sua grande maioria encontra-se mulheres jovens em idade reprodutiva, com pouca escolaridade ou nenhuma, que tente a ser “influenciáveis” a práticas criminosas por seus parceiros ou familiares, e reforça o já conhecido perfil da população prisional geral.

Percebe-se que o perfil etário da mulher encarcerada repete o padrão nacional jovem em quase todos os estados, com a grande maioria das mulheres privadas de liberdade abaixo dos 34 anos, ou seja, em pleno período economicamente ativo da vida (Infopen Mulheres, 2017). Conforme os dados citados a uma expectativa enorme de mulheres encarceradas em idade reprodutiva, o que não pode ser esquecido que os direitos sexuais e reprodutivos são reconhecidos como parte dos direitos humanos, no entanto muitas vezes não se garantem esses direitos a mulheres em situação de cárcere.

Sobre o estado civil das mulheres custodiadas, é possível observar que, entre esta população, destaca-se o percentual de mulheres solteiras, que representa 58,4% da população prisional, seguindo a mesma tendência do segundo semestre de 2016. As presas em união estável ou casadas representam 32,6% da população prisional feminina (Infopen Mulheres, 2017).

### **3.2 Atenção a gestação, parto e puerpério no sistema penitenciário**

Nesta revisão, pôde-se analisar que há evidências quanto à falta de orientações acerca dos cuidados com as mamas, aleitamento materno e pré-natal, ausência de acompanhamento durante a gestação, além da falta de assistência à saúde, mulheres que iniciaram tardiamente e de forma inadequada as consultas ou relataram ter sofrido violência na maternidade. Estudos destacaram a violência perpetrada pela equipe do hospital durante o parto, desigualdade no tratamento, uso de algemas. Outra problemática é a ausência de acompanhante durante o parto, como deveria ser garantido pela Lei no 11.108 (2005), que prevê, no art. 19: “O Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de um acompanhante de sua escolha durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

As mulheres em situação de cárcere são mais acometidas por agravos à saúde do que a população feminina geral. Isso acontece devido ao ambiente hostil e insalubre, fazendo que doenças como tuberculose, HIV, sífilis tenham maior facilidade de transmissão, a falta de cuidado e higienização do ambiente também são fatores de risco à saúde (Araújo et al., 2020).

De acordo com Chaves & Araújo (2020) quando a vida no cárcere e a gestação se entrecruzam, fica latente a vulnerabilidade da mulher, sendo necessário então um olhar atento para suas necessidades e suas especificidades. Tendo em vista isso, e considerando o aumento do número de mulheres no contexto prisional brasileiro, questões referentes à saúde da mulher gestante começaram a fazer parte das políticas públicas nacionais.

Entretanto no ano de 2012, por meio da Portaria nº 154, de 13 de abril, o DEPEN Departamento Penitenciário Nacional, instituiu a Comissão Especial do Projeto Mulheres, visando à elaboração de ideias de estratégia para efetivação dos direitos das mulheres no sistema prisional.

Segundo Araújo et al (2020), no que diz respeito às políticas de saúde voltadas à mulher privada de liberdade, estas também apresentam lacunas quanto a sua efetividade. No ano de 2014 foi promulgada a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Esta política objetiva adotar normas e procedimentos adequados às especificidades das mulheres no que tange às questões de gênero, idade, sexualidade, escolaridade, maternidade, religiosidade, dentre outros aspectos relevantes à mulher.

Embora o direito à saúde da população carcerária seja garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei 8.080/1990 que regula o SUS e pela Lei 7.210/1984, Lei de Execução Penal, os Ministérios da Saúde e da Justiça, lançaram a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP, instituída pela Portaria nº 01, de 02 de janeiro de 2014.

Dito isso, o atendimento de saúde nas unidades prisionais do país é realizado por meio das equipes de saúde habilitadas no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde para Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional que por sua vez são financiadas com recursos do Fundo Nacional de Saúde (Infopen Mulheres, 2017)

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), estabelece objetivos no que diz respeito à saúde da população prisional brasileira. São eles: promover o acesso das pessoas privadas de liberdade à Rede de Atenção à Saúde, visando ao cuidado integral; garantir a autonomia dos profissionais de saúde para a realização do cuidado integral das pessoas privadas de liberdade; qualificar e humanizar a atenção à saúde no sistema prisional por meio de ações conjuntas das áreas da saúde e da justiça; promover as relações intersetoriais com as políticas de direitos humanos, afirmativas e sociais básicas, bem como com as da Justiça Criminal; e fomentar e fortalecer a participação e o controle social (Pereira, 2016).

Ademais esses objetivos estão guiados pelos princípios do respeito e valorização dos direitos humanos, integralidade da atenção, equidade e respeito à singularidade, promoção de iniciativas que garantam os direitos dessa população, responsabilidades compartilhadas entre os entes federados e valorização do controle social na elaboração e execução das ações (Pereira, 2016).

Dentre a população carcerária feminina, parte são gestantes, essa população possui condições específicas e requerem atenção especial, a atuação do enfermeiro junto a essas mulheres é de grande importância, tanto por seu caráter preventivo, como também protagonista na assistência de saúde, mostrando que este profissional desenvolve práticas e serviços que geram segurança para um período gestacional de qualidade (Alves & Wendramin, 2019)

A mulher encarcerada tem uma elevação da insegurança social, individual e programática, o que dificulta o acesso aos serviços de saúde tanto para prevenção assistencial, acompanhamento ou vigilância, e também comprometendo o bem estar físico e emocional e o exercício pleno da sua cidadania (Leal et al., 2016).

Ocorre também um rompimento nos laços sociais das mulheres que passam a viver longe de seus familiares, amigos e conhecidos, em um ambiente super ocupado, movimentado, insalubre, desconfortável, desproporcional e marcado pela violência e com assistência médica limitada (Leal et al., 2016).

No caso das mulheres, essa mesma situação é agravada pela conformação dos papéis sociais exercidos por homens e mulheres, que acentuam a dominação da mulher pelo homem e no quais as diferenças biológicas servem como fundamento para a naturalização da divisão dos papéis sociais desempenhados por ambos (Lopes & Pinheiro, 2016)

Nessa lógica, em sua grande maioria mulheres grávidas em situação de cárcere possuem maior instabilidade física e emocional, devido às más condições de assistência como alimentação, sono, segurança, tornando mais vulneráveis dentro das penitenciárias.

Félix et al (2017) concluíram:

A Lei de Execução Penal (LEP) nº 11.942/09 assegura às mães presidiárias e seus bebês condições mínimas de assistência à saúde com direitos à mulher e seus filhos em situação de cárcere, necessidade de que se tenha assistência diferenciada e qualificada para o cuidado materno-infantil” (p. 2). A maternidade é um sofrimento para as confinadas impedidas de exercer o verdadeiro papel de mães, somando-se à falta de direitos e possibilidade de exercer a maternidade de modo seguro e apropriado, impedindo também o convívio com outros filhos. O amor materno é construído e deve ser conquistado, não havendo essa possibilidade. A disposição de ambientes favoráveis para formação do vínculo entre mãe/filho torna-se necessária (p. 3).

Segundo Leal et al (2016) encarceramento amplia a vulnerabilidade social, individual e programática desta população, dificulta o acesso aos serviços de saúde seja para prevenção, assistência ou vigilância, bem como compromete o bem estar e o exercício pleno da cidadania.

Entretanto a maternidade é um enorme desafio na vida de qualquer mulher, esteja ela em situação confortável ou não. Todas as mudanças hormonais, corporais e até espirituais, faz com que a mulher passe por esse período com enormes transformações, sendo assim junto as transformações também exige uma assistência em saúde de qualidade que vise o bem estar físico e emocional dessas futuras mães.

### **3.3 As estratégias para melhoria da assistência de enfermagem às gestantes e puérperas durante o encarceramento**

Esta categoria evidencia a dificuldade das gestantes privadas de liberdade em terem acesso ao exame de gravidez. Ressalta-se que o diagnóstico positivo de gravidez é pré-requisito para sua transferência para a cela especial destinada a grávidas, puérperas e recém-nascidos. Desse modo, essa dificuldade de acesso acarreta prejuízos e atrasos na assistência obstétrica a essas mulheres (Silva et al., 2020).

Dessa forma além da falta de atenção e assistência a baixa escolaridade dessas mulheres contribuem de forma alarmante para um exame positivo ser detectado logo no início da gestação ocasionado uma série de problemas futuros que poderiam ser evitados de forma mais tranquila e fácil se assim fossem detectados no início.

A equipe de enfermagem no sistema prisional poderia funcionar em conjunto com uma equipe multidisciplinar, similar a uma Unidade Básica de Saúde a fim de oferecer um suporte mínimo necessário para atender as particularidades do público feminino, além da consulta de enfermagem para orientar e auxiliar as detentas quanto a outros agravos à saúde e realizar exames como: citopatológico, exame das mamas, consulta pré-natal, puerperal e a puericultura (Souza et al., 2018).

Logo, uma reflexão é de extrema importância acerca da organização e atuação da gerência das penitenciárias brasileiras no cuidado e atenção à saúde das detentas, levando em consideração as necessidades individuais, um grande exemplo em atuação e gerência é na França onde o cuidado em saúde está além da administração da penitenciária e é garantido por lei, ficando sob a responsabilidade dos hospitais da região onde está localizada a penitenciária.

Segundo Sales et al (2021), os profissionais de enfermagem estão intimamente ligados a essas MPL, como identificado em estudo no qual as enfermeiras relataram dificuldades em prestar uma boa assistência durante o trabalho de parto, por estarem cuidando de MPL. No Brasil, o profissional de enfermagem é o principal responsável pela assistência à saúde dessas mulheres, porém, devido à falta de recursos humanos e materiais, além de dimensionamento irregular, tem-se sobrecarga do trabalho que compromete a qualidade do atendimento prestado. A enfermagem brasileira está bem posicionada para exercer um cuidado com atenção integral ao qual essas MPL têm direito, porém é necessário oferecer subsídios mínimos e dignos para garantir a qualidade do serviço.

Felix et al (2017) concluíram que:

A interação enfermeiro/gestante/parturiente no pré-natal, parto e puerpério deve estar fundamentada no diálogo, sensibilidade, afetividade, prazer no cuidado humanizado, promovendo vínculo, proporcionando bem-estar físico e mental à gestante. A consulta do enfermeiro é reconhecida como espaço de acolhimento porque possibilita diálogo permitindo livre expressão de dúvidas, sentimentos, experiências, estreitando o vínculo entre enfermeiro/gestante (p. 8).

Diante disso, podemos perceber que o enfermeiro o ganha centralidade nas ações durante o pré-natal, devido a consulta de enfermagem ser de escuta rica e proveitosa, podendo elaborar planos de assistência na consulta pré-natal de acordo com as necessidades identificadas e priorizadas por cada detenta de maneira singular, onde estabelecem intervenções, orientações e encaminhamentos sempre que necessário. Outra particularidade que deveria ser efetivada dentro dessa assistência seria a capacitação de todos os profissionais da equipe, visando uma melhoria em conjunto do serviço visto que as necessidades do âmbito de trabalho necessitam.

A atenção à saúde adequada durante o período gestacional na população do sistema prisional evita diversas complicações como o retardo no crescimento, uterino, baixo peso ao nascer, parto prematuro e consequente aumento da morbimortalidade materna-infantil. Para que o pré-natal seja de qualidade e que atenda todas as necessidades dessa população deve ser feito com a presença de um enfermeiro em tempo integral, que coloque em prática sua autonomia, agilidade e conhecimentos técnicos-científicos (Oliveira, 2018).

Neste contexto, apesar de ser norma de assistência médica básica que um enfermo receba avaliação médica diária, não há médicos suficientes nos intramuros. Logo, a enfermagem que deveria ter o papel centrado na promoção proteção e manutenção da saúde, por adequação do cenário, acaba por desenvolver ao longo do tempo um pensamento voltado para o modelo curativista (Santana & Reis, 2019).

Corroborando com os autores identifica-se que uma ênfase na gestão administrativa e na promoção a saúde pode contribuir para uma melhoria no processo saúde dentro das unidades do sistema prisional. Ainda temos muitos impasses relevantes a serem vencidos, mas nunca esses problemas deveriam ser maiores que a necessidade de mudança e a busca incansável de aperfeiçoamento.

#### **4. Considerações Finais**

A realização do estudo proporcionou conhecer e compreender, como a gestante e puérpera e atendida como uma gestante e atendida e cuidada, segundo as diretrizes do SUS e as leis de legislação, onde se revelou fundamental permitir essa auto análise em uma perspectiva de melhoria para os cuidados contínuos dessas mulheres. Mediante aos resultados da pesquisa as mudanças são de extrema importância e podem ser postas em prática, para assim atender de forma humana as gestantes e puérperas que ali residem, visto as necessidades fisiológicas e psicológicas peculiares em que passam durante a fase gestacional e puerperal.

Muitas condições relatadas no estudo demonstram descaso nos presídios por parte das autoridades legais, o que nos leva a pensar que as falhas existem, mas podem ser revistas e analisadas pelas autoridades, pois o âmbito se trata de seres humanos



que por sua vez carregam dentro de si uma nova vida. Assim, além do sofrimento em razão do cárcere que se encontra a ausência de atenção assistencial, sanitária, alimentar e psicológica. Existe a incerteza, falta de informações, onde gera angústia e ansiedade, por não saber como seu bebê ficará após o parto e em quais condições. A angústia da separação e um dos reflexos do ambiente carcerário.

Entre todas as etapas do estudo espera-se que o reflexo dessas informações, atinjam a população e principalmente os gestores responsáveis pelas instituições penitenciárias, quanto ao real processo em que as detentas vivem. Novas possibilidades de melhorias consistem em parcerias com faculdades de medicina e enfermagem, além de empresas de diversos setores, assim atendendo pelo menos as necessidades básicas para um boa gestação e puerpério.

Ações de capacitação com certificação para as detentas como: culinária, cabelereiros, informativa, administração, contabilidade, visando a reinserção social de maneira digna e humana, criando assim novas possibilidades para a melhoria de vida, além de preencher todo o tempo ocioso em que enfrentam diariamente.

Por fim o estudo demonstra sugestões e ideias que podem ser iniciativas de gestores, da população, de profissionais de saúde a mudanças nesse sistema, voltando a reforçar que essas mulheres estão privadas da liberdade e não de uma atenção em saúde qualificada e humanizada.

## Referências

- Alves, L. C., & Wendramin, C. (2019). Assistência gestacional no sistema carcerário brasileiro: a necessidade de revisão desses estabelecimentos para o atendimento às mulheres encarceradas. *Anuário Pesquisa E Extensão Unoesc São Miguel Do Oeste*, 4, e21227. <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/21227>
- Araújo, M. M. et al. (2020). Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. *Escola Anna Nery*, v. 24, n. 3. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0303>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo. Edição 70.
- Chaves, L. H. & Araújo, I. C. A. (2020). Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300112>
- Félix, R. S. et al. (2017). O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário. *Rev enferm UFPE*, Recife, 11(10):3936-47. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i10a15187p3936-3947-2017>
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, (4. ed.) Atlas.
- Leal, M. C. et al. (2016). Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7):2061-2070. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>
- Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. (2005). Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. *Diário Oficial da União*. Brasília, 2005 abr 8; Seção 1, página 1. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm)
- Lopes, T. C., & Pinheiro, R. (2016). Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 26, n. 4. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000400007>
- Lourenço, L. C., & Alvarez, M. C. (2017). Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017). *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (84), 216–236. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/441>
- Matos, K. K. C., Costa e Silva, S. P., & Nascimento, E. A. (2019). Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 2, e180028. <https://doi.org/10.1590/Interface.180028>
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 17(4): 758-64. <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?format=pdf&lang=pt>
- Minayo, M. C. de S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 1–12. <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>
- Ministério da Justiça. (2018). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres. (Vol. 2). Brasília/DF. <https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>
- Oliveira, A. S. (2018). *O papel do enfermeiro na assistência ao pré-natal de baixo risco*. (Monografia de Graduação). Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde.

Pereira, É. L. (2016). Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7):2123-2134. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.16792015>

Sales, A. C. et al. (2020). Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa. *Revista Baiana De Enfermagem*, v. 35: e36114. <https://doi.org/10.18471/rbe.v35.36114>

Santana, J. C. B., & Reis, F. C. A. (2019). Percepção da Equipe de Enfermagem Acerca da Assistência à Saúde no Sistema Prisional. *Rev Fund Care*, 11(5):1142-1147. [http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6859/pdf\\_1](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6859/pdf_1)

Silva, J. B. et al. (2020). Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica. *Reme: Revista Mineira de Enfermagem*, 24, e1346. <https://dx.doi.org/10.5935/1415.2762.20200083>

Souza, G. C., Cabral, K. D. S., & Leite-Salgueiro, C. D. B. (2018). Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa. *Arq. Cienc. Saúde UNIPAR*, v. 22, n. 1, p. 55-62. <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v22i1.2018.6240>